

Reservas garantirão a UR

RODRIGO MESQUITA E
SÔNIA FILGUEIRAS

BRASÍLIA — As reservas internacionais, administradas pelo Banco Central, serão a garantia da terceira fase do programa de estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso. Os quase US\$ 30 bilhões que o BC guarda servirão de *colchão* para garantir um câmbio estável e uma inflação declinante no momento em que a Unidade de Referência (UR) se transformar na moeda de fato da economia brasileira, assegurou um dos economistas da equipe do ministro Fernando Henrique.

A UR terá sua variação atrelada, indiretamente, ao câmbio. Quando o cruzeiro real deixar de existir, a inflação hoje existente morrerá com ele. Restará o indexador, transformado em moeda, e a oscilação do câmbio. As reservas serão, então, utilizadas nos leilões de moeda que o BC realiza, para assegurar uma variação compatível com o desempenho da economia e evitar que os especuladores fujam para o dólar, provocando uma alta artificial da moeda estrangeira. O governo quer chegar ao final de 1994 com uma inflação mensal próxima aos 10%.

Ajuste fiscal — O programa, revelou o técnico, compreende três momentos. O primeiro, e principal, é o ajuste fiscal. A zeragem do déficit de US\$ 22 bilhões previsto para o ano que vem nas contas públicas é a pré-condição para que o resto do plano seja implementado. Sem as pressões inflacionárias dele decorrentes, o governo criará a UR. Será então uma *quase moeda*, que conviverá com o cruzeiro real durante a segunda fase do programa, revelou o interlocutor do ministro. Os prazos não são rígidos e, de acordo com o relato do economista, a UR só será criada quando o ajuste estiver sido completado.

Segundo esta fonte, se o Congresso votar a proposta em dezembro, será ótimo, mas se a discussão entrar pelo ano que vem, paciência. Para o interlocutor, o fundamental é a sinalização do ajuste, sem o que nada funcionará. O programa poderia, inclusive, ser completado pelo próximo governo, que assumirá depois das eleições de 1994.

Moeda — Quando implantada, a UR surgirá com duas das três características que definem uma moeda. Ela será reserva de valor porque os agentes econômicos po-

derão aderir a ela como forma de garantir o poder aquisitivo. Será, também, uma unidade de conta, na medida em que as transações da economia poderão ser referenciadas na própria UR. Nessa segunda fase do programa, o indexador só não será um meio de pagamento — ninguém poderá pagar e receber URs — e, por isso, não será uma moeda completa, explicou a fonte.

A variação do futuro indexador será calculada pelo Banco Central a partir de uma metodologia transparente. O governo teme contestações judiciais e não quer correr o risco de ver a UR discutida pelos tribunais. Não haverá tablita ou quebra de contrato com o anúncio do novo indexador. A equipe espera que a economia, como um todo, passe para a UR em função de seus próprios atrativos. Segundo outro técnico da Fazenda, será como um novo produto no mercado. A UR será lastreada nas reservas e no patrimônio da União. A apuração será diária e refletirá a inflação corrente (do dia), eliminando a memória inflacionária da economia — os índices atuais refletem o custo de vida com um mês, pelo menos, de defasagem.